



4ª VARA CÍVEL – FORO DE JOÃO PESSOA – TJ/PB

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel descrito abaixo, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **JOSÉ IVAN RAMALHO (CPF/MF Nº 072.507.384-53)**, ora meeiro inventariante, e **ESPÓLIO DE MARIA GORETTI DE MEDEIROS RAMALHO (CPF/MF Nº 154.206.634-49)**; bem como dos herdeiros **KAROLYNE DE MEDEIROS RAMALHO (CPF/MF Nº 075.464.014-02)**, **KARLYNE RAMALHO BEZERRA DE LIMA (CPF/MF Nº 873.443.944-72)**; e dos terceiros interessados **CEZAR DIAS DO NASCIMENTO FILHO (CPF/MF Nº 089.253.494-00)** e **ALEXANDRE FERREIRA NUNES (CPF/MF Nº 261.852.128-54)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Jose Herbert Luna Lisboa, da 4ª Vara Cível - Foro de João Pessoa, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI (CNPJ/MF Nº 33.754.482/0001-24)** em face de **JOSÉ IVAN RAMALHO (CPF/MF Nº 072.507.384-53)** e **MARIA GORETTI DE MEDEIROS RAMALHO (CPF/MF Nº 154.206.634-49)**, representada pela sua curadora **KARLYNE DE MEDEIROS RAMALHO (CPF/MF Nº 873.443.944-72)**, nos autos do **Processo nº 0002998-07.2013.8.15.2001**, e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos da Resolução nº 52/2013 do TJ/PB, Resolução Plenária nº 01/2018 da JUCEPB, assim como a Resolução nº 236/2016 do CNJ e os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - BEM: **IMÓVEL - LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:** Rua José Simões de Araújo, nº 361, Apartamento nº 102, Edifício Albatroz, Bessa, João Pessoa/PB, CEP 58035-070 - **DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:** Apartamento nº 102, do Edifício Albatroz, situado à Rua José de Araújo, nº 361, no Bairro do Bessa, na cidade de João Pessoa, contendo sala de jantar/estar, 01 (uma) suíte, 02 (dois) quartos, 03 (três) banheiros, sendo um da suíte, cozinha, área de serviço, circulação, 02 (duas) varandas, quarto de empregada e 01 (uma) vaga de garagem, com área privativa de 95,11m², área de uso comum de 42,741m², área real total de 137,851 metros, cota ideal do terreno de 76,889m² e coeficiente de proporcionalidade de 9,6761%.

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição Municipal nº

-

Matrícula Imobiliária nº

38.847

Cartório de Registro de Imóveis do 2º ofício da Comarca de João Pessoa - PB

ÔNUS

Registro

Data

Ato

Processo/Origem Ato

Credores

R. 02

24/03/1992

Hipoteca

-

Caixa De Previdência Dos Funcionários Do Banco Do Brasil - Previ

OBS.01: Nos termos do artigo 1.499, VI, do Código Civil, ocorrendo a arrematação do bem, a Hipoteca registrada sob nº 02, será extinta.

OBS.02: A penhora deferida no ID nº 28313386, está pendente de registro na matrícula imobiliária.





OBS.03: A Executada Maria Ramalho impugnou a constrição judicial que recaiu sobre o imóvel, objetivando a nulidade da penhora e extinção da execução, sob argumento de ausência de intimação do seu cônjuge também executado. A impugnação não foi acolhida (ID. 33029554). Da decisão não houve recurso.

OBS.04: O Exequente impugnou o valor de avaliação, objetivando uma nova avaliação do bem, sob o argumento de que não havia o cumprimento de normas relativas à avaliação de imóveis. A impugnação não foi acolhida (ID. 91529458). Da decisão houve a interposição de Agravo de Instrumento (nº 0814629-15.2024.8.15.0000), o qual foi negado provimento. Trânsito em julgado em 12.07.2024.

VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 287.100,24 (Out/2023 – Laudo de Avaliação ao ID. 80165364 – Homologação ao ID. 91529458).

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R\$ 297.418,33 (Set/2024). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/PB.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Eventuais débitos tributários ficarão sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 298.399,97 (Jan/2013 – ID. 28313385).

02 – DATAS: A 1ª Praça terá início no dia **06 de dezembro de 2024, às 14 horas e 30 minutos**, e se encerrará no dia **09 de dezembro de 2024 às 14 horas e 30 minutos**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 09 de dezembro de 2024, às 14 horas e 30 minutos, e se encerrará em 18 de dezembro de 2024, às 14 horas e 30 minutos**.

03 – CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que em segunda praça serão aceitos lances iguais ou superiores** a 70% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC). **Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada** exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 50% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais (podendo oscilar de acordo com a atualização monetária). O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/PB e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

04 - LEILOEIRO: O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, **DAVI BORGES DE AQUINO**, matriculado na Junta Comercial da Paraíba sob nº 31, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

05 – PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do





executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

06 – ARREMATAÇÃO PELA PARTE EXEQUENTE: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

07 – QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

08 – PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://www.bb.com.br/site/setor-publico/judiciario/depositos-judiciais/>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

09 – COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ, artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32)

10 – FRAUDE EM LEILÃO: Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado, nos termos do item 09, a pagar a comissão sobre o lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

11 – OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados. Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

12 - SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS: O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.





13 – PLURALIDADE DE CREDORES: Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

14 – PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

15 – FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

16 – IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.

17 – VENDA DIRETA: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (artigo 879, inciso I, artigo 880, § § 1º ao 4º do CPC), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo nos termos do Item 03 deste Edital, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

18 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Av. Rio Grande do Sul, nº 1345, Salas 210 e 211 – Estados – João Pessoa/PB - CEP: 58030-021, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 97830-1644. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.





ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

19 – PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

João Pessoa, 30 de setembro de 2024.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. JOSE HERBERT LUNA LISBOA
JUIZ DE DIREITO



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

